

Resenha do livro *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro, de uma perspectiva das Relações Internacionais.*



Caio Bugiato

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2024v12n1p118-145

VALLE, André Flores Penha e NARCISO, Pedro Felipe (org.). *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*. 1.ed. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.

O livro *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro* reúne em seus capítulos resultados das pesquisas de dez autores que mobilizam a teoria marxista de Nicos Poulantzas para analisar as frações da classe dominante no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI. Apresentado na introdução, o dispositivo conceitual de Poulantzas indica que a burguesia não é uma classe homogênea, mas sim segmentada em frações de acordo com, pelo menos, três dimensões: o porte do capital (pequeno, médio, grande), a função do capital (industrial, comercial, financeiro) e origem do capital (nacional e estrangeiro). Neste dispositivo o Estado capitalista é entendido como a instituição que mantém a coesão da sociedade ao impedir que as forças sociais aniquilem a formação social e que organiza a dominação de classe, além de corresponder às relações de produção capitalista. As relações entre as frações burguesas com o Estado capitalista são elucidadas pelo conceito de bloco no poder: a unidade conflituosa e a organização política entre as frações que permite a elas imprimir seus interesses gerais e específicos no Estado, de modo que sejam atendidos pela política estatal. A fração burguesa, ou um conjunto delas, que consegue a priorização de seus interesses específicos pela política do Estado é então aquela que detém a hegemonia política no interior do bloco no poder, chamada de fração hegemônica. Os autores e as autoras dos capítulos dedicam atenção para o sistema de fracionamento decorrente da origem do capital, uma vez que ele aponta os diferentes posicionamentos que podem ser assumidos pela burguesia local diante do capital estrangeiro. Em uma formação social de capitalismo dependente, como o Brasil, a burguesia pode assumir o caráter de burguesia nacional, interna ou associada. A primeira corresponde a uma fração autôctone, com base de acumulação própria, uma posição anti-imperialista e interessada no desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional. A terceira corresponde a uma fração que age como intermediária com capital estrangeiro, como seu suporte e dele é completamente dependente. A segunda se situa conceitual e politicamente entre as outras duas. Tem uma relação ambivalente com o capital estrangeiro, ora de apoio, ora de oposição; tem uma relação de dependência financeira e tecnologicamente, mas em determinadas conjunturas a relação é de concorrência. Sua

posição lhe confere limites de enfrentamento a forças estrangeiras, assumindo historicamente um movimento pendular.

Algumas teses embasam todas, ou quase todas, as análises dos pesquisadores e das pesquisadoras, implícita ou explicitamente, as quais podem ser apreendidas ao longo da leitura do livro. Primeira, a burguesia nacional jamais existiu como força social no processo político nacional, isto é, na história das lutas de classes do Brasil. O eixo dinâmico da política brasileira são as relações conflituosas ou consonantes entre, de um lado, a burguesia interna e, de outro, o capital estrangeiro e a burguesia a ele associada. Segunda, os governos Lula e Dilma (2003-2016) foram sustentados por uma frente política policlassista em que frações burguesas e proletárias encontravam-se hierarquizadas, sob a hegemonia política da grande burguesia interna no bloco no poder. O atendimento prioritário das demandas dessa fração hegemônica pelo Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores permite caracterizar tais governos como neo-desenvolvimentistas, os quais deixaram em segundo plano as demandas do capital estrangeiro. Terceira, a queda do governo Dilma em 2016 foi, entre outros fatores, obra do capital estrangeiro e da burguesia a ele associada: uma ofensiva restauradora do programa neoliberal dos anos de 1990, com o objetivo de reestabelecer sua hegemonia política então perdida nos anos 2000. O sucesso da ofensiva resultou no golpe do *impeachment*, em uma democracia burguesa deteriorada e em crise e no governo Temer (2016-2018). Quarta, a recuperação da hegemonia foi um processo político repleto de instabilidades, no qual a principal força restauradora foram os estratos superiores da classe média/pequena burguesia, particularmente a categoria da burocracia judiciária mobilizada pela Operação Lava Jato. Desta crise específica se originou um movimento político de tipo fascista, radicalizado, que obteve vitória eleitoral em 2018 e sustentou o governo Bolsonaro. Quinta, o governo Bolsonaro (2019-2022) foi um governo neofascista, ou seja, congregou elementos do neoliberalismo herdado do governo Temer, como a hegemonia política do capital estrangeiro, com uma base de massas politicamente ativa e organizada, com características e objetivos que remontam ao fascismo original europeu (Itália fascista e Alemanha nazista), como a tendência a instauração de um Estado ditatorial fascista (Estado capitalista de exceção).

O livro está dividido em duas partes, além de prefácio, introdução e posfácio. A parte 1 aborda os governos do PT, e a parte 2 a crise do governo Dilma e os governos Temer e Bolsonaro. Os conteúdos dos capítulos são os seguintes (privilegiamos as relações de frações de classe e as relações com o capital estrangeiro nesta apresentação). No capítulo 1, intitulado *O agronegócio da soja e a indústria têxtil frente a política externa brasileira para a China (2003-2010)*, Mariana Davi Ferreira analisa a atuação das frações burguesas da cadeia produtiva têxtil e da soja diante das relações brasileiras com a China. De acordo com a autora, essas frações compuseram a grande burguesia interna e melhoraram sua posição no interior do bloco no poder durante os governos do PT com a implementação de uma política econômica e externa favorável a seus interesses. Porém, os posicionamentos de ambas sobre as relações econômicas sino-brasileiras foram divergentes, dados os impactos em cada setor. Em

geral, os setores vinculados à agroindústria (cadeia de soja) e à extração mineral apoiaram e se beneficiaram das relações com a China, sobretudo no que diz respeito à exportação para o país asiático. Já a indústria têxtil sentiu o impacto dos manufaturados chineses no mercado interno, pois sua produção – voltada para o mercado nacional e sul-americano – passou a sofrer com a concorrência.

No capítulo 2, intitulado *O pré-sal e a burguesia brasileira no segundo governo Lula*, Pedro Felipe Narciso trata da grande burguesia interna e da questão do petróleo no Brasil. Para o autor, o Partido dos Trabalhadores foi defensor de um programa neodesenvolvimentista, representando a grande burguesia interna, e enfrentou a oposição da aliança DEM-PSDB, defensora de um programa neoliberal, representando a grande burguesia associada. Narciso constata que importantes setores da grande burguesia interna – representados pela FIESP, FIRJAN, CNI e ABIMAQ – manifestaram recorrentemente ressalvas acerca da expansão do capital público, isto é, em relação ao regime de partilha do pré-sal que colocava a Petrobras como operadora de todos os blocos de exploração, entre outras determinações. Esse conflito entre a burguesia interna e o governo em torno da questão do petróleo aproximou aquela da grande burguesia associada, crítica do regime de partilha.

No capítulo 3, intitulado *As grandes construtoras brasileiras de obras de infraestrutura e a política econômica nos governos Lula e Dilma*, Mariana Rocha Sabença examina as 10 maiores empreiteiras de construção pesada, integrantes da grande burguesia interna. A autora constata que tais empresas tinham predominantemente nacionalidade brasileira – pelo seu controle acionário –, possuíam capital fechado, eram comandadas majoritariamente por famílias e não realizavam fusões e aquisições. Sabença assinala que a política econômica dos governos do PT favoreceu as empreiteiras nacionais, as quais por sua vez se reconheceram nela. Essa política econômica teve como opositores o PSDB e a grande imprensa brasileira, que, para a autora, representaram os interesses da fração da burguesia associada ao capital estrangeiro e o empenho de restaurar o programa neoliberal.

No capítulo 4, intitulado *O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governos neodesenvolvimentistas*, Maria Angélica Paraizo aborda a política do agronegócio nos governos Lula e Dilma, a aproximação da burguesia desse setor ao governo e sua deserção da frente neodesenvolvimentista. Dados os distintos ramos que compõem o setor, as relações com o governo foram marcadas por apoio crítico e série de contradições, a despeito do favorecimento que tiveram pela política estatal. A autora destaca que os ramos com acumulação de capital interna tiveram atritos com os ramos pertencentes ao capital estrangeiro, uma vez que aqueles, na condição de burguesia interna, foram priorizados pelo governo. Em um contexto de crise econômica e política no segundo governo Dilma a burguesia interna do agronegócio, que nunca viu com bons olhos a ligação do PT com movimentos populares do campo, desertou da frente de sustentação do governo.

No capítulo 5, intitulado *Grupos financeiros, entidades de representação de classe seus posicionamentos sobre a nova matriz econômica do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)*, João Pedro Vazquez aborda os posicionamentos dos grupos financeiros Itaú e Bradesco e as entidades

representativas FIESP e FEBRABAN diante da Nova Matriz Econômica (NME). Esta consistiu na flexibilização do conhecido o tripé macroeconômico do neoliberalismo, mediante medidas de flexibilização dos superávits fiscais, de redução da taxa de juros e de administração do mercado cambial, aliados a políticas de incentivos e regulações. Tal flexibilização atendia interesses da grande burguesia interna, manifestado pelos grupos e entidades citados, em detrimento do que o autor denominou fração bancário-financeira. A NME não foi capaz de estimular o crescimento econômico e aumentar o investimento privado, o que desagradou a burguesia interna. Esta, então, redirecionou seu posicionamento para objetivos mais compatíveis com a fração bancário-financeira.

No capítulo 6, intitulado *Perfil econômico e político do capital financeiro internacional: considerações sobre a atuação do setor no Brasil entre 2015 e 2016*, Nátaly Santiago Guilmo trata em geral do investimento estrangeiro no país. Ressalta que os Estados Unidos são o país que mais tem investimento no Brasil. A autora destaca que o capital financeiro internacional tem conhecidamente seus interesses rentistas, porém tem forte ligação com o capital produtivo por meio de financiamento para produção e de intermediação -de processos de aquisições, fusões e vendas. Nesse sentido seu poder de pressão se dá pela grande capacidade de retirada de investimentos, queda de ações e direcionamento informativo de agências de risco, em uma economia dependente de capital estrangeiro. Em termos de ação política do capital financeiro internacional, Guilmo chama atenção para a crítica à concorrência dos bancos públicos brasileiros e para sua demanda por abertura do mercado financeiro brasileiro. Mostra que durante os governos do PT a abertura desse mercado, oriunda dos governos FHC, foi revertida. E na conjuntura de crise do governo Dilma, argumentando que não seria vantajoso investir em uma economia com problemas como déficit fiscal e deterioração da dívida pública, apoiou o *impeachment* e o governo Temer.

No capítulo 7, intitulado *A burguesia industrial na crise do governo Dilma*, Felipe Queiroz Braga analisa se os diferentes setores que compõem a burguesia industrial interna adotaram a mesma posição da FIESP de abandonar a base de apoio do governo. De acordo com o autor, a burguesia industrial não agiu de forma homogênea, mas sim se dividiu em três grupos. O primeiro foi capitaneado pela FIESP, apoiado pelo pequeno e médio capital e apoiou firmemente a derrubada do governo. O segundo foi composto por associações industriais que inicialmente se opuseram à derrubada do governo por temer consequências econômicas e políticas. Contudo, o processo de afastamento da presidente e a formação e fortalecimento de uma aliança golpista a fizeram mudar de posição, apoiando a derrubada passivamente. O terceiro foi formado pela grande burguesia industrial, que se posicionou contra o *impeachment*, porém acuada pela Operação Lava Jato, pela imprensa e pelos protestos de rua, adotou uma posição neutra e não saiu em defesa do governo.

No capítulo 8, intitulado *Indústria da construção civil, dependência e crise política no governo Dilma Rousseff*, Octávio Fonseca Del Passo examina a derrocada das grandes construtoras de capital nacional. O autor indica que instituições da burocracia de Estado dos Estados Unidos e organismos

internacionais em que o capital internacional tem forte influência instrumentalizaram a bandeira de combate à corrupção para contribuir com a queda do governo Dilma. A ofensiva do capital internacional, materializada também na Operação Lava Jato, atingiu o grande capital da construção civil, um dos setores mais beneficiados pelos governos do PT e alicerce da frente neodesenvolvimentista. É interessante notar que Fonseca aponta algumas tendências advindas desse processo político, como: a pressão das construtoras internacionais para entrar no mercado brasileiro; e a associação do pequeno e médio capital da construção civil (frações não contempladas pelo governo petistas) com o capital internacional.

No capítulo 9, intitulado *Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-16*, André Flores Penha Valle aborda a divisão do capital financeiro na crise do *impeachment*. Para o autor, houve uma divisão de forças sociais que opôs de um lado os grandes bancos comerciais nacionais e de outro as instituições financeiras não-bancárias, como corretoras e fundos de investimento. Valle identifica tais forças como, respectivamente, burguesia interna bancária e burguesia financeira associada ao capital estrangeiro. E na análise concreta são: os bancos brasileiro Bradesco e Itaú e o capital estrangeiro e os segmentos ligados ao mercado de capitais. O resultado da pesquisa mostra que o grande capital nacional bancário aderiu tardiamente à ofensiva restauradora neoliberal dirigida pelo capital internacional e pela burguesia associada. Isto é, apoiou o governo até seu enfraquecimento com a aprovação do *impeachment* na Câmara Federal. As duas frações que antes estavam em oposição se unificaram em torno do programa de reformas neoliberais contra os trabalhadores, levado a cabo pelo governo Temer, o chamado “custo Brasil” que envolveu reformas trabalhista, previdenciária, tributárias e privatizações.

No capítulo 10, intitulado *Os produtores de soja e o primeiro ano do governo Bolsonaro*, Luana Forlini examina as posições dos produtores de soja, organizados na entidade Aprosoja, e o atendimento de suas demandas pelo governo Bolsonaro. A autora ressalta que no referido governo a hegemonia política pertenceu ao grande capital internacional e à burguesia associada, o que significa no setor da soja as grandes *tradings* estrangeiras (grande capital comercial internacional). Os produtores de soja podem ser caracterizados como burguesia interna e assumiram uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Forlini identificou, então, que os produtores de soja entraram em conflitos pontuais com o capital internacional, mas tiveram a maior parte de suas reivindicações atendidas pelo governo. Entretanto divergiram deste em política externa, já que a orientação do executivo estava voltada para os EUA, enquanto os produtores almejavam o mercado chinês.

Os organizadores do livro notam no posfácio que a dinâmica das forças políticas de todo o período abordado pelos capítulos, que se inicia com a eleição de Lula em 2002, delineou na cena política brasileira atual três campos de disputa pela direção da política nacional. O campo neofascista, que combina política econômica neoliberal e regime ditatorial. O campo neoliberal, que combina política econômica neoliberal e regime democrático. O campo lulista, que combina política, economia neodesenvolvimentista e regime democrático.

Por fim, é possível afirmar que alguns capítulos, pelo seu caráter ainda de pesquisas em andamento, não apresentam clareza sobre a caracterização, o posicionamento e a mobilização das frações de classe em questão. Mas isso é uma questão pequena. Salientamos que os autores e autoras do livro, assim como outros pesquisadores e pesquisadoras da Escola Poulantziana de Campinas, realizam um tipo de pesquisa inédito, muito singular e de suma importância para a área de Relações Internacionais no Brasil. Em um país periférico como o nosso é fundamental pesquisar as relações das frações da classe dominante brasileira com o capital estrangeiro (imperialismo), o qual historicamente em muitos casos determinou os rumos da economia e da política no país. Essas relações já foram apontadas, ainda que superficialmente, em pesquisas sobre a política externa brasileira, quando por exemplo a literatura aborda o papel da diplomacia britânica no Estado imperial escravista (1808/1822-1889) e da diplomacia estadunidense no Estado republicano inaugurado formalmente em 1889. Mas os capítulos do livro vão além. Como visto, tratam das frações burguesas em setores do agronegócio, da indústria, petróleo, construção civil e bancário e financeiro, sem perder de vista o fenômeno do imperialismo. Não hesitam em atestar, na maioria das vezes de forma direta, a ingerência de forças externas na formação social brasileira. O livro como um todo inspira a pesquisa sobre a inserção internacional do Brasil em RI e dá pistas para a superação política da dependência e da subordinação brasileiras no sistema internacional.

BIBLIOGRAFIA

.....
VALLE, André Flores Penha e NARCISO, Pedro Felipe (org.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. 1.ed. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.